

**INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 134/2019**

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROGRAMA EMPRESA AMIGA DA ESCOLA" NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, de autoria do ilustre Vereador Márcio Ângelo Beraldo, e eu, prefeito do município, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Empresa Amiga da Escola, com a finalidade de estimular as pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria das edificações dos Centros Educacionais no âmbito do Município de Campo Largo, Paraná.

**Art. 2º** O Programa Empresa Amiga da Escola tem por finalidade contribuir, por meio de doações, em obras de reforma nas escolas e nas creches municipais.

**§ 1º** As doações podem ser feitas por meio de prestações de serviços ou de entrega de material para a obra diretamente a instituição de ensino indicada pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

**§ 2º** As empresas parceiras do programa poderão escolher, a seu critério, com amparo da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, a instituição de ensino que receberá a doação.

**Art. 3º** As empresas serão cadastradas no Programa de que trata esta Lei e para efeito de atendimento, as demandas das reformas nos educandários, serão em razão da urgência e necessidade.

**Art. 4º** A empresa doadora poderá colocar um único anúncio de

3497/19  
09/10/19

## Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

---

publicidade na parte externa da instituição de ensino, enquanto houver a realização da obra de reforma, contendo a logomarca de sua empresa e com o seguinte *slogan*: “Empresa Amiga da Escola”.

**Parágrafo único:** O custo gerado com publicidade, que trata este artigo, será de responsabilidade da empresa participante no programa.

**Art. 5º** O Programa Empresa Amiga da Escola deverá ter caráter permanente e continuado, dentro das diretrizes e políticas educacionais do Município.

**Art. 6º** Salvo a autorização prevista no art. 4º, o Poder Público Municipal não terá ônus de nenhuma natureza e não concederá qualquer incentivo econômico ou estímulo fiscal às empresas, em razão da participação no Programa.

**Art. 7º** O Executivo regulamentará a presente Lei prevendo, atendendo e resolvendo as demandas.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Termos em que, pede deferimento.

Campo Largo, 08 de outubro de 2019.



Márcio Ângelo Beraldo  
Vereador